

Gasto com pessoal dependerá da receita

BRASÍLIA — A proposta do Orçamento para 89 encaminhada ontem ao Congresso Nacional limita em 65% da receita líquida da União (arrecadação menos as transferências para Estados e Municípios) os gastos com pessoal e encargos sociais, estimados, a preços de junho, em CZ\$ 2,7 trilhões. O reajuste dos salários dos funcionários públicos da administração direta, diante do limite de 65%, terão de levar em consideração o comportamento da receita, conforme explicou o Ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu.

Isto significa, acrescentou o Ministro, que se for registrada queda na receita, os salários acompanharão essa tendência. Cauteloso, ele evitou comentar a possibilidade de alteração da política salarial atual, basea-

da nos reajustes mensais pela variação da URP, em função do critério contido no Orçamento da União.

João Batista de Abreu admitiu a possibilidade de ocorrerem demissões no setor público, dependendo do nível do corte de gastos a ser apontado pela área econômica para garantir o cumprimento do objetivo de contenção do déficit do setor público em 2% do PIB em 89. O Ministro ressalvou que a dispensa de pessoal, assim como um novo aumento da carga tributária, são alternativas de última instância na estratégia de obtenção da meta acertada com o FMI. Ele disse ainda que os Ministérios do Planejamento e da Fazenda já definiram a proibição de realização de concursos públicos externos.